

Para uma crítica do caráter voluntarista da teoria econômica heterodoxa

Flávio Miranda*

“Os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Karl Marx. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*.

Nos últimos anos, Vladimir Safatle, importante filósofo brasileiro, vem defendendo, de maneira abertamente provocativa, que a “esquerda brasileira” teria morrido. Em suas palavras: “Não que se trate de afirmar que ela está diante do seu fim puro e simples. Melhor seria dizer que um longo ciclo que se confunde com sua própria história termina agora”. A “morte da esquerda brasileira” se evidenciaria na sua “inoperância completa” enquanto força política capaz de canalizar uma oposição popular à ordem dominante. (Safatle, 2020)

As razões para essa absoluta incapacidade em mobilizar e organizar a revolta popular, indica Safatle, teriam suas raízes no caráter abertamente desenvolvimentista da esquerda brasileira desde, pelo menos, a adesão do Partido Comunista Brasileiro “aos ditames antirrevolucionários” do Partido Comunista da União Soviética. De fato, é possível constatar com facilidade a hegemonia das posições “desenvolvimentistas” nas organizações da esquerda brasileira. Sintomaticamente, em se tratando de questões econômicas, são formulações de tipo “keynesianas” as que expressam as diretrizes políticas da maior parte das correntes, partidos e movimentos sociais que a esquerda.

A carência de um horizonte de transformação social implica a ingrata defesa da possibilidade de se remendar o existente (leia-se, a sociedade capitalista) no sentido de contornar seus resultados mais funestos ou, pelo menos, mitigar alguns de seus efeitos deletérios. A esquerda brasileira, portanto, aposta na gestão da ordem. Aposta na noção

* Professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do NIEP-Marx.

de que artifícios administrativos poderiam resolver contradições reais dessa ordem. Isto é, parte da perspectiva segundo a qual tais contradições (e antagonismos) não correspondem a resultado necessário do funcionamento da sociedade capitalista. Em suma, a esquerda brasileira (e mundial) é “liberal”, na medida em que afirma o mercado como lócus incontornável da sociabilidade econômica. A propósito: “O liberalismo não se confunde com o *laissez-faire*, não é contrário o ‘intervencionismo’, como ainda se pensa com frequência”. (Dardot; Laval, 2016, p. 67)

Que partidos erigidos das lutas populares, ao chegar ao governo, sequer ensaiem tais golpes administrativos, mesmo quando muitos de seus quadros são compostos de economistas que pontificam na tradição da ciência econômica heterodoxa (isto é, fazem carreira defendendo a possibilidade de uma administração “mais humana” da ordem burguesa), certamente contribui para sua desmoralização pública. Ainda assim, cabe uma pergunta: estariam postas as condições concretas para a implementação dessas manobras político-administrativas? Nos referimos aqui às “condições concretas” que correspondem ao modo de funcionamento do capital enquanto processo social.

No mais das vezes, contudo, a pergunta seria entendida como uma indagação acerca das condições políticas para a implementação dessas propostas, fazendo jus à resposta de praxe: “a correlação de forças não permite”. Segundo alguns economistas heterodoxos, seria necessário vencer uma elite coligada em torno do objetivo de impedir um crescimento “robusto” da economia brasileira. Isso significa que na eventualidade da derrota dessa “elite rentista”, bastaria aplicar à administração da política econômica as “melhores técnicas” há muito conhecidas pelos nossos economistas mais competentes e compromissados com as demandas populares.

Uma vez resolvida essa questão meramente política, a dinâmica econômica propriamente dita não ofereceria resistências. Quer dizer, as condições para a produção e apropriação do mais-valor se irmanariam de tal modo que a acumulação de capital ocorreria livre de grandes percalços (como, por exemplo, uma lucratividade insuficiente). Ao mesmo tempo, as condições da classe trabalhadora melhorariam sensivelmente, uma vez que a ganância desmedida dos financistas estaria sob controle.¹

¹ De passagem, Marx já havia observado que a divisão do mais-valor entre “juros e lucro do empresário” se apresenta de modo a criar a ilusão de uma confluência de interesses entre trabalhadores e capitalistas industriais, em oposição ao capital portador de juros. (Marx, 2017, pp. 419-439)

Notemos que, por um lado, decisões políticas incidiriam sobre o terreno dócil da dinâmica econômica e, por outro, haveria uma “técnica administrativa” da economia que não diria respeito à política. Até porque, do ponto de vista liberal, o mercado não necessariamente engendra interesses antagônicos. Assim, a teoria econômica “conhece” dois âmbitos distintos da vida social, a política e a economia, mas não os “reconhece” de fato, uma vez que a indissolúvel conexão entre esses dois momentos os escapa. Como diria Hegel: “o bem-conhecido em geral, justamente por ser bem-conhecido, não é reconhecido”. (Hegel, 2014, p. 47)

Em *Para uma ontologia do ser social*, Lukács defende que a compreensão de condições concretas da vida social implica a necessidade de se reconhecer que a totalidade (complexo total) tem prioridade com relação às suas partes (complexos parciais), no sentido de que estas só existem no todo e, portanto, em indissolúvel interação com os demais âmbitos da vida social. Caso contrário, chega-se

a uma autonomização extrapoladora daquelas forças que, na realidade, determinam apenas a particularidade de um complexo parcial dentro da totalidade: elas se convertem em forças próprias, autônomas, que não são tolhidas por nada, e, desse modo, tornamos incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento, que se originam das interrelações dinâmicas dos complexos singulares e sobretudo da posição ocupada pelos complexos parciais dentro da totalidade. (Lukács, 2013, p. 305-306)

Está claro que cada momento da vida social, cada complexo parcial, nos termos de Lukács, tem condições próprias de funcionamento que os fazem peculiares. Isto é, uns não podem ser simplesmente derivados de outros, como no tratamento da relação entre o “econômico” e o “político” à moda do determinismo econômico. No entanto, um momento da existência social só é peculiar enquanto parte da existência social como um todo. Assim: “Em termos ontológicos (...) essa peculiaridade é determinada não só pela legalidade própria do complexo parcial, mas simultaneamente e sobretudo também por sua posição e função na totalidade social”. (Ibid., p. 306)

O reconhecimento deste fato ontológico serve, por exemplo, como ponto de partida para uma crítica da compartimentalização do conhecimento social presente na estrutura universitária e que conforma a cientificidade contemporânea. Este desprezo pelo “todo” persiste mesmo na chamada interdisciplinaridade, tão celebrada nos dias de hoje. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma tentativa de superar lacunas no conhecimento pela justaposição de características particulares a cada complexo social, apreendidas como

condições que dizem respeito apenas aos respectivos complexos. Por exemplo, quando “Estado” e “mercado” são tomados como entidades absolutamente apartadas, mas que interagem a partir de condições próprias que resultam de seus modos supostamente autônomos funcionamento.

O resultado necessário desta concepção de mundo, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, corresponde a posições que podem ser qualificadas como *voluntaristas*. É o caso, por exemplo, das formulações contra as quais insurge-se este artigo e que marcam de maneira indelével a esquerda brasileira e mundial. Isto é, que supõem a possibilidade de que meras manobras de política econômica poderiam mudar o curso do desenvolvimento econômico geral da sociedade.

Muitas vezes essas formulações partem, ainda que implicitamente, da ideia de que no passado teria havido uma forma de regulação das relações capitalistas na qual o parasitismo rentista das finanças teria sido reprimido em nome da promoção do crescimento da economia e do volume de empregos. Caberia, portanto, criar as condições políticas necessárias para recolocar o capitalismo nesses trilhos, através de uma aliança com setores “progressistas” da burguesia, quais sejam, aqueles que presumivelmente estariam interessados no retorno ao passado “glorioso”.

Finalmente, o artigo em tela pretende demonstrar a falsidade dessas concepções a partir da recuperação histórica deste passado. Isto é, pretendemos demonstrar que não existe um passado para o qual poderíamos retornar, uma vez que o presente (quer dizer, o capitalismo contemporâneo) decorre justamente do esgotamento da forma de organização do capitalismo que corresponde aos aclamados anos “gloriosos”. Nossa análise pretende evidenciar que o processo a formulação e posterior efetivação do projeto imperial estadunidense (a partir do qual se organiza o capitalismo do segundo pós guerra) se dá a partir da escolha entre alternativas concretas, mas sob condições não controladas que correspondem, precisamente, à forma de operação da *lei do valor* naquela quadra histórica específica.

Desta forma, pretendemos desfazer alguns enganos que regularmente acompanham as análises criticadas. É o caso da mistificação das lutas de classes através da falsa dicotomia entre capital industrial (supostamente progressista) e capital “financeiro” (tido como meramente parasitário) – a esquerda liberal busca, sem encontrar, os primeiros para formar uma aliança em nome da utopia do retorno ao passado.

Pretendemos deixar claro que em diferentes condições gerais para a acumulação de capital como um todo, as diferentes espécies de capital interagem de modos distintos, mas sempre contraditórios (isto é, estimulando-se mutuamente e, ao mesmo tempo, disputando o mais valor socialmente produzido).

Partimos, a seguir, de uma recuperação das condições internas aos EUA para a construção de seu projeto imperial. Na seção seguinte discutiremos a projeção internacional da forma como a hegemonia burguesa se constitui naquele país, como resposta aos impasses registrados na Grande Depressão dos 1930 e tendo adiante condições específicas para expansão capitalista. Finalmente, o artigo é concluído com uma análise sobre como o esgotamento daquelas condições se apresenta na forma de uma necessária reestruturação nas condições gerais para acumulação de capital que, através de escolhas sob condições incontroláveis (como não poderia deixar de ser), constroem o capitalismo contemporâneo.

A construção do império: por dentro

Em termos gerais, trata-se aqui de compreender a estratégia estadunidense no pós-guerra, momento fundamental para a moldagem das condições gerais constitutivas da fase do capitalismo que se esgota a fins dos anos 1960². Isso não significa que intelectuais orgânicos da burguesia, na sociedade civil e na sociedade política, tivessem à sua frente uma página em branco, um terreno dócil, aberto à livre criação. Agiam (ou reagem) às condições “não escolhidas” de então, que delimitavam um campo relativamente estrito de possibilidades, mas repleto de enormes desafios, disputas e incertezas. Isso tinha de resultar, eventualmente, em movimentos aparentemente contraditórios com aquilo que a posteriori pode-se discernir como tendência geral.

Naquela altura a liderança industrial e financeira dos EUA do mercado mundial há muito se consolidara. Já em 1910, sua produção interna superava a da Alemanha e Grã-Bretanha juntas (Anderson, 2015, p. 15). Ao fim da Primeira Guerra Mundial, o país ocupava o posto de maior credor do mundo, para não falar da participação determinante no conflito, garantindo a vitória da Entente. Desta forma, não era absolutamente

² Fase amiúde apologeticamente referida como “gloriosa”, “dourada” etc.

despropositada a reivindicação, expressa nos *Catorze Pontos* de Woodrow Wilson, de um projeto imperial que, em linhas gerais, representava uma extensão da política de *Portas Abertas* a nível global.

No entanto, a *pax* estadunidense demoraria três décadas mais para se apresentar na forma de um projeto bem delimitado e exequível. Segundo Anderson, uma “disjunção entre ideologia e realidade” teria levado “o globalismo milenar de Wilson a um fim abrupto” (Anderson, 2015, p. 19). Podemos concordar com a noção geral de um descompasso entre as chamadas condições objetivas e subjetivas para a consolidação do novo *hegemon*. Contudo, não nos parece correta a associação disso à ideia segundo a qual o privilegiado *lebensraum* dos EUA, repleto de recursos naturais e de amplíssimo mercado interno, constituía a esta altura base suficiente para a sequência do desenvolvimento econômico do país.

Na prática, a década de 1920 foi marcada por forte impulso internacionalista do capital estadunidense. Em termos mais concretos, e apenas para ficar em alguns exemplos, o fluxo de capital dos EUA para a Europa após o fim da Primeira Grande Guerra foi consideravelmente superior ao do imediato pós Segunda Guerra. Ao longo dos 1920, o investimento direto estrangeiro do país aumentou em 129% no setor manufatureiro, o que incluiu a ultrapassagem dos investimentos britânicos na América Latina, aprofundando a penetração do capital dos EUA na região. Além disso, na metade da década as exportações de manufaturados correspondiam ao dobro do que haviam sido antes da guerra e, entre 1922 e 1928, as exportações totais cresceram 50% mais rápido do que o PIB do país (que se expandiu impressionantes 40% em termos reais!) (Panitch; Gindin, 2013, p. 49).

Muito significativamente, o dólar já havia se tornado a principal referência no mercado financeiro internacional. Em suma, se algo obstava a plena afirmação da hegemonia estadunidense, não se tratava de certa tendência “anti-globalista” de sua classe dominante. Muito pelo contrário, a relativa insularidade do país propiciara um ambiente adequado, desde o final do século anterior até a entrada na primeira guerra, para o desenvolvimento de indústrias sedentas por parcelas crescentes do mercado internacional (como provam os números acima), assim como um poderoso setor bancário centrado em *Wall Street* que, a despeito de divergências internas, tinha por horizonte suplantam os britânicos no sentido da formação de um “American international banking empire” (Block, 1977, p. 18).

Se é verdade que parte significativa dos empreendimentos capitalistas estadunidenses consistia de pequenos e médios negócios que, via de regra, organizavam-se em torno de pautas protecionistas e opunham-se a políticas externas globalizantes, há significativa polêmica sobre qual seria o peso político efetivo dessas camadas. De todo modo, parece-nos seguro apontar para certa inadequação entre o ímpeto internacionalista das parcelas dominantes da burguesia estadunidense e sua relativa imaturidade organizacional, que se refletia em instituições de Estado inaptas “even to conceive the kind of new political framework for international capital accumulation and social reform that could have sustained economic stability in Europe after the war” (Panitch; Gindin, 2013, p. 48).

A quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e os desdobramentos seguintes que mergulharam a economia mundial em uma crise genuinamente estrutural, tanto desnudaram essas limitações, quanto corresponderam ao impulso que faltava para uma profunda reforma do Estado. Garantir a institucionalidade adequada à expansão internacional do capital dos EUA, nas condições gerais para valorização que então se apresentavam, vai se constituindo, desde o *New Deal*, como tarefa de primeiríssima ordem.

A Grande Depressão dos 30 representou um freio abrupto ao processo de globalização capitalista que caracterizou a década anterior. A queda vertiginosa nos fluxos de comércio internacional, o abandono generalizado do padrão ouro (inclusive pela Grã Bretanha, em 1931), as diferentes medidas protecionistas adotadas mundo a fora, assim como a derrocada dos níveis de produção e emprego em escala inaudita (até hoje), implicaram condições inteiramente novas para as lutas de classes a nível nacional e internacional. De modo desigual, ainda que combinado, a agitação da classe trabalhadora suscitou distintas respostas em diferentes países. Nos EUA, os gigantescos protestos de trabalhadores desempregados, invariavelmente liderados por organizações políticas de extração comunista, favoreceram a emergência de uma nova plataforma³.

O “reformular para preservar” de Franklin Delano Roosevelt representa o mote de uma virada extremamente significativa na história do capitalismo estadunidense e, sob a liderança do país, mundial. De acordo com Ferguson, a expansão do capital estadunidense verificada na década anterior teria resultado em uma coalizão política de apoio ao *New*

³ Sobre isso, ver Lipset (1984).

Deal. Esse novo “bloco histórico”, no sentido gramsciano, congregava “capital intensive industries, investment banks and internationally oriented commercial banks” (Ferguson, 1984, p. 46). De imediato, e apenas como medida emergencial, o apego da administração anterior com o padrão-ouro é abandonado, uma vez que Roosevelt e Henry Morgenthau, então Secretário do Tesouro, acreditavam que o conseqüente impacto inflacionário deveria conduzir à recuperação econômica⁴. Ademais, o fortalecimento do Tesouro, assegurado através do Congresso, no sentido da dotação da instituição de maior capacidade de intervenção para, entre outras coisas, conceder liquidez aos bancos, atendia às demandas imediatas do setor.

Bastante polêmica, inclusive no debate contemporâneo, foi a passagem, pouco meses depois, do *Banking Act* de 1933 (também conhecido como *Glass-Steagall Act*) que, em termos gerais, impunha a separação entre bancos comerciais e bancos de investimento, colocando um freio nas possibilidades especulativas sobre depósitos bancários. À época esta medida não encontrou uma oposição unificada entre os banqueiros. Pelo contrário, ela é melhor compreendida quando vista através do prisma da concorrência interbancária, tendo sido amplamente percebida como a vitória de alguns dos maiores banqueiros dos EUA sobre a *House of Morgan*⁵, que ao longo da década anterior havia sido bem sucedida em influenciar a política de juros do *Fed* para proteger seus interesses. Tal política, aliás, estimulou a adesão de alguns banqueiros ao partido Democrata.

Assim, o *Banking Act* de 1933 (mais conhecido como *Glass Steagall*), hoje anacronicamente visto como uma derrota imposta aos banqueiros, formaliza a compartimentalização de instituições financeiras de acordo com diferentes tipos de atuação possíveis. Isso proporcionou segurança para os bancos de investimento, permitindo o foco exclusivo nos mercados de capitais e títulos, assim como no financiamento dos projetos de expansão internacional da indústria estadunidense. Ainda mais aparentemente paradoxal, os bancos comerciais aprovaram a Regulação Q, que impunha tetos de taxas de juros sobre depósitos, uma vez que:

⁴ Contudo, Block argumenta que se o abandono do padrão-ouro acionou, em alguma medida, a atividade econômica, isso não se deu pelos motivos esperados pelo governo. “The devaluation provided an American response to the 30 percent decline in the value of the pound and the depreciation of other currencies. It maintained the competitiveness of American goods, so as to protect continuing U.S. export surplus” (Block, 1977, p; 20).

⁵ “The Glass-Steagall Act took dead aim at the House of Morgan. After all, it was the bank that had most spectacularly fused the two forms of banking” (Chernow, 1990, p. 375).

(...) it reduced competition and guaranteed banks a steady supply of cheap funds, while federal deposit insurance made panic runs on the banks less likely and so freed up a greater share of bank reserves for making loans. These measures thus allowed for low-cost loans to industry and at the same time ensured bank profitability (Panitch; Gindin, 2013, p. 57-58).

O que, para um olhar anacrônico, preso ao capitalismo contemporâneo, pode parecer um garrote à atividade financeira, na prática salva bancos (e a indústria, em geral), constituindo, muito pelo contrário, momento fundamental do arcabouço adequado às condições gerais para acumulação de capital vigentes à época. Isto é, tratavam-se de medidas fundamentais para a recuperação da confiança da burguesia estadunidense quanto às perspectivas para a produção e apropriação de mais-valor.

Da mesma maneira deve ser observada a reforma no *Fed* empreendida no âmbito do “segundo *new deal*”⁶. Isto é, o fortalecimento do banco central dos EUA não se dava em prejuízo dos interesses do “mercado”, ao contrário, garantia a atuação estatal no que diz respeito a uma maior discricionariedade na condução da política monetária, podendo, desta forma, não apenas manejar as condições de solvência dos bancos, como atuar na concessão de estímulos à atividade econômica como um todo.

Na medida em que o “primeiro” *new deal* falhava em promover a recuperação econômica, os conflitos de classes se acentuavam, tanto no que diz respeito à concorrência intercapitalista⁷, quanto na crescente animosidade de parcelas da classe trabalhadora organizada. A temperatura elevada das lutas de classes e a gradual recuperação econômica observada ao longo de 1935, formam o pano de fundo para a consolidação no bloco histórico de apoio ao *New Deal* de frações da burguesia industrial multinacional estadunidense de bem estabelecida liderança no mercado mundial.

De um lado, o presidente Roosevelt volta-se mais decididamente para medidas de liberalização comercial, incumbindo, com o apoio do Congresso, o então secretário de Estado Cordell Hull da tarefa de negociação de tarifas mais baixas e novos acordos⁸. De outro, o *Industrial Relations Counsellors* (com suporte financeiro de John D. Rockefeller

⁶ Projeto “ardorosamente defendido” por Winthrop Aldrich, presidente do *Chase National Bank*, instituição que esteve no cerne das disputas entre os Rockefeller e os Morgan (Ferguson, 1984, p. 89).

⁷ “Free traders fought with protectionists; big firms battled with smaller competitors; buyers collided with suppliers. The result was chaos. The situation was especially grave in the biggest industry of all, the oil industry. There the major and smaller independent oil companies stalemated in the face of massive overproduction from the new East Texas fields” (Ibid., p. 86).

⁸ Note-se que esta medida recebeu a oposição de alguns setores, como a indústria química e metalúrgica (Ibid., p. 86).

Jr., através do *Spelman Fund*) e o *Commerce Department's Business Advisory Council* (liderada por representantes da *Standard Oil* e *General Electric*) passaram a se ocupar da preparação do que viria a ser o *Social Security Act*, que, ademais, contou com o apoio de parcelas expressivas do capital industrial e comercial do país. (Ferguson, 1984, p. 87)

De acordo com Panitch e Gindin, essa mudança na correlação de forças coloca um ponto final no ímpeto reformista da segunda fase do *New Deal*. No entanto, o que se edificou até aí dotara o Estado de uma capacidade de intervenção inaudita, em profunda simbiose com os interesses das frações dominantes da burguesia estadunidense, ao contrário do que uma leitura liberal poderia supor. Destaque-se, uma capacidade de intervenção que não se dava contra ou a despeito do “mercado”. Muito pelo contrário, com e para ele. Nas palavras dos autores:

These Enhanced capacities did not signify a dichotomy of purpose and function between state and capitalist actors, since they were mainly oriented to working with regulated industries to stabilize or rejuvenate private markets and stimulating private capital accumulation. (Ibid., p; 62)

A esse respeito, Michael K. Brown, defende que a virada para os anos 1940 consolidou uma forma de atuação do Estado classificada como “compensatória”. Isto é, circunscrita às necessidades gerais da acumulação de capital de então, “without altering the structure of the economy” (Brown, 1995, p. 191). A simbiose com o capital se expressa, mais do que em qualquer outro setor, nas finanças. Segundo Michael Moran, as reformas do *New Deal* para o setor financeiro edificaram uma malha regulatória sob o comando de agentes do mercado financeiro e que funcionava com independência com relação à “arena democrática”. A concessão de privilégios regulatórios a “interesses privados” teria representado “the most striking feature of the reforms of 1933-35” (Moran, 1991, p. 29).

Em suma, algo que desde uma perspectiva muito difundida poderia parecer a “intromissão” do Estado em assuntos privados (ainda que bem vinda, sob o ponto de vista da esquerda liberal), corresponde, na verdade, à busca de arranjos regulatórios mais propícios para a acumulação de capital, dado o quadro geral da época, isto é, as condições gerais para a valorização do capital e a temperatura das lutas de classes. Tudo isso desenhado, administrado e supervisionado pelos “agentes privados” diretamente interessados na extração de mais-valor a partir dessas atividades.

O setor financeiro a esta época, em particular, é muitas vezes retratado como reprimido ou controlado com mão de ferro pela política. Uma leitura que apresenta o Estado como uma entidade mística, absolutamente apartada das condições gerais da reprodução econômica e que, portanto, incidiria no mercado como elemento “exógeno”. Até por isso, tais abordagens apresentam um voluntarismo necessariamente anacrônico. Por um lado, as escolhas políticas do *New Deal* são representadas como uma espécie de regulação democrática do ímpeto incontrolável do capital em sua busca por riqueza e da medida em que isso tenderia a conduzir o capitalismo a crises econômicas de tempos em tempos. Por outro, parte do pensamento dito progressista almeja replicar no presente soluções que, a seu ver, teriam “dado certo” no passado. O que fica de fora deste quadro simplificado são precisamente as condições gerais para a expansão do capital e a forma como elas incidem sobre as lutas de classes, isto é, sobre as condições políticas.

Quanto a tais condições para a acumulação do capital, os desafios dizem respeito à forma como a superacumulação de capital se apresentou na grande depressão dos anos 1930 e que ainda não haviam sido de todo superados. As condições para tanto transcendiam em muito o vasto espaço nacional estadunidense. Sucintamente, dependiam da reorganização ampla da economia mundial, algo que só poderia ser capitaneado por aquele país. As desavenças políticas em torno do *Wagner Act* foram sendo superadas por uma articulação promovida pela Casa Branca que envolvia grandes banqueiros, industriais e líderes sindicais moderados, desde o início de 1938. Algo que ganhou notoriedade como a “grande trégua”. Ao fim e ao cabo, o *New Deal* constitui bases necessárias para a hegemonia imperial dos EUA por um caminho tortuoso e repleto de armadilhas.

The US state now had a central bank, a largely merit-based professional civil service, a well-staffed Treasury, and a broad range of economic and financial regulatory agencies; and with US entry into the war it would also quickly establish an unrivaled, and permanent, military-industrial complex. Its capacity to act as a Great Power would then be no longer in question. But the distinctive interdependence between the state and capital, and the deep historic orientation of the US state towards the promotion of capitalism, would prove critical for the specific way it would play its emergent role as the manager of capitalism on a world scale. (Panitch; Gindin, 2013, p. 63)

A construção do império: para fora

A chave, portanto, para entender a construção das condições gerais que sustentaram a fase dita gloriosa do capitalismo reside na forma como essa reconstituição da hegemonia burguesa nos EUA projetou-se internacionalmente. Isto é, como se efetivou concretamente, por necessidade, aquele potencial globalizante do capitalismo estadunidense, tal qual mencionado acima. Como é amplamente reconhecido, o esforço de guerra foi responsável pela reativação da atividade econômica no país⁹. Contudo, não estavam de todo superadas as condições que haviam levado os EUA e o mundo para a Grande Depressão dos 1930. Segundo Block: “(...) anxiety was widespread that high levels of unemployment would return with the end of huge expenditures for military goods”. (Block, 1977, p. 33)

Tal volume de gastos militares que chegou, em 1945, a impressionantes 37,5% do PIB do país, acionou enorme aumento da capacidade industrial. Para colocar a questão em debate à época de modo sucinto, uma vez mais com Block: “If purchasing power had been inadequate to keep factories running at full capacity before the war, what would happen after the war when a much higher level of demand would be necessary to keep the factories running?” (Ibid.) A propósito, para alguns anos à frente era possível vislumbrar uma queda na demanda externa por produtos estadunidenses conforme os países diretamente atingidos pela guerra fossem reconstituindo suas indústrias.

Ainda que muito importantes para certos setores, como petróleo e agricultura, as exportações representavam apenas uma pequena parte do PIB do país (abaixo de 5% até 1970). Isso significa que do ponto de vista da solução do problema de demanda para a produção dos EUA, as exportações não poderiam constituir, nem de longe, base suficiente. Seria necessário aprofundar a capacidade de absorção de mercadorias internamente. Neste caso, o crescimento da renda em salários, assim como o acesso a taxas de juros baixas, no período correspondia a uma necessidade do ponto de vista da acumulação de capital. Segundo Panitch e Gindin: “The \$72 billion growth in personal consumption between 1945 and 1950 (an increase of 60%) was more than enough to offset the decline in defense expenditures of \$69 billion”. (Panitch; Gindin, 2013, p. 83)

⁹ Veja-se, por exemplo, Robert Higgs. *Depression, War and Cold War*, 2006.

É inegável, ademais, que a expansão do consumo ajudava a criar forte apoio popular ao projeto hegemônico. Contudo, do ponto vista do capital o aumento da massa salarial implicava riscos para a moderação das demandas da classe trabalhadora. Essa contradição foi sendo resolvida através de leis que restringiam a atividade sindical (como a *Taft-Hartley Act*, de 1947), da crescente perseguição anticomunista (que pode ser ilustrada pela infame atuação do senador Joseph MacCarthy) e da celebração de acordos como o *Tratado de Detroit*, que representou um marco naquilo que ficou conhecido como modelo fordista para relações entre patrões e empregados¹⁰.

Contudo, já se discutiu aqui a insuficiência do mercado interno estadunidense no que diz respeito ao oferecimento de condições suficientes para a expansão do capital baseado no país àquela altura. Era necessário garantir que a retomada das taxas de retorno do capital no pós guerra fossem sustentáveis a longo prazo. Em termos certamente estranhos ao debate institucional da época, dever-se-iam constituir as condições para o escoamento do capital sobreacumulado, em linha com a forma como sobreacumulação de capital se expressara na crise dos 1930 e com o que se podia vislumbrar como possibilidades expansivas para o capital daí em diante.

Acossados pelo fantasma da sobreacumulação, isto é, pelo medo do retorno da Grande Depressão e das consequências catastróficas que dela poderiam resultar, a classe dominante estadunidense se organiza, dentro e fora do Estado, em torno do projeto que correspondia, em linhas muito gerais, à construção das condições necessárias para o vertiginoso aprofundamento da internacionalização do capital. Não se tratava meramente, portanto, de realizar mais-valor no exterior, mas de edificar todas as condições para expansão da sua produção e apropriação em escala global. Acreditamos que a construção da ordem capitalista mundial no pós guerra é melhor compreendida quando vislumbrada sobre esse pano de fundo.

É preciso notar, no entanto, que haviam outras possibilidades sendo discutidas, inclusive no interior dos aparelhos de Estado. É o caso, por exemplo, do embate entre membros do Departamento do Tesouro e do Departamento de Estado sobre qual seria o

¹⁰ “By tying company-level wage increases to estimates of national productivity increases, and building in inflation protection through a cost-of-living index, they implicitly accepted that collective bargaining would not disturb the existing distribution of income, The Treaty also centralized power within the union. As the focus of collective bargaining shifted to the negotiation of company-wide wage and benefit increases, and as the union accepted management’s control over production at the shop-floor level, local rank-and-file power was undermined”. (Panitch; Gindim, 2013, p. 83)

melhor projeto para a ordem mundial do pós-guerra, durante a administração Franklin Roosevelt. Sob o comando de Henry Morgenthau Jr. e tendo Harry Dexter White como principal formulador, o Tesouro não via a reconstrução da Alemanha como fundamental, uma vez que antecipava a adoção de políticas protecionistas pelos países da Europa ocidental. Ao mesmo tempo, proclamava-se a necessidade de uma aliança com a União Soviética, com a proposta da realização empréstimos ao país tendo em vista sua reconstrução, em troca de exportações de matérias primas para os EUA.

O Departamento de Estado, sob o comando de Cordell Hull, ladeado por Dean Acheson e William Clayton, temia que o avanço soviético representasse ameaça aos interesses econômicos estadunidenses. A reconstituição da Alemanha como potência industrial serviria tanto para limitar a extensão da influência soviética sobre a Europa, quanto para garantir a adesão da parte ocidental do velho continente ao multilateralismo no que diz respeito ao comércio internacional. Em linha com este objetivo, o Departamento de Estado via como crucial o desmantelamento da zona da libra esterlina, com a consequente abertura dos domínios imperiais britânicos para os fluxos de mercadorias e capitais estrangeiros.

É certo que o falecimento de Roosevelt antecipou a queda de Morgenthau (substituído por Fred Vinson, de perspectiva francamente ortodoxa na área econômica) e o fim prático de sua influência sobre a política externa. No entanto, pode-se argumentar que a vitória do plano formulado pelo Departamento de Estado seria inevitável, dado seu alinhamento às perspectivas e sentimentos das frações dominantes da burguesia estadunidense¹¹. É o que comprova o documento *An American Proposal*, publicado na revista *Fortune*, em maio de 1942, e que consistia no resultado de uma série de discussões entre “prominent businessmen” promovidas pela revista desde 1939.

Sucintamente, a declaração conjunta clama por um imperialismo estadunidense que substituísse o britânico, mas que representasse as novas determinações. Um imperialismo que teria na sua vanguarda “brains and bulldozers, technicians and machine tools”, ao invés de “salesmen and planters”. Um imperialismo que não necessitaria de “extra-territoriality”, que não teria medo de construir o poderio industrial de nações rivais

¹¹ Por exemplo, era amplamente conhecida a hostilidade entre Morgenthau e Wall Street, que se refletia na retórica muitas vezes carregada de anti-financismo do Secretário do Tesouro. Sua ascensão ao cargo havia sido favorecida por conflitos internos à administração Roosevelt que culminaram na queda de Dean Acheson, o subsecretário do Tesouro que assumira o comando do Departamento devido ao estado de saúde de William Woodin, inicialmente escalado para comandar a pasta.

no comércio internacional, “because we know industrialization stimulates rather than limits international trade”. (apud. Panitch; Gindin, 2013, p. 67-68) Em suma, um imperialismo em linha com as necessidades econômicas da época. Leia-se, insistimos: com as condições gerais para a acumulação de capital.

Desta forma, o “livre comércio” seguia um emblema da maior importância, mas não em nome da sustentação e/ou aprofundamento dos superávits comerciais estadunidenses e sim como condição para a migração alhures do capital baseado no país. Era preciso desarmar o sistema protecionista erguido em boa parte do mundo nos anos 1930, assim como as redes de comércio preferencial entre colônias e metrópoles, instituindo-se, sobre os escombros dos arranjos bilaterais que predominavam até então, um sistema de comércio internacional efetivamente multilateral (a ser montado, garantido e supervisionado por organismos internacionais subordinados ao projeto imperial dos EUA). Finalmente, era preciso garantir a conversibilidades das moedas nacionais dos países mais importantes do ponto de vista dos fluxos internacionais de capitais e mercadorias.

Isso tudo deveria ter por base um arranjo monetário que refletisse a balança internacional de poder econômico, ao mesmo tempo que pudesse garantir crescimento econômico e acumulação de capital em outros países. Para ser mais preciso, estes objetivos servem de base para a formulação da proposta estadunidense para o acordo de *Bretton Woods*. Segundo Panitch e Gindin, o plano tinha por base três eixos interrelacionados:

first, securing both currency convertibility and exchange rate stability as a condition of reviving international trade; second, allowing for some degree of flexibility for governments in the face of deflationary implications of balance-of-payments deficits; and third, providing the huge amounts of capital that the European economies would need for reconstruction. (Panitch; Gindin, 2013, p. 74)

No que diz respeito à edificação de agências internacionais, o Banco Mundial deveria funcionar como um banco internacional de investimentos, conforme entendimento prévio dos encarregados dos EUA e da Grã Bretanha (sob a liderança dos primeiros, incumbidos da tarefa de apresentar uma proposta inicial).

Já no rascunho do plano do Tesouro, apresentado à mesa de negociações em agosto de 1943, o campo operacional do Banco havia sido bastante reduzido, no sentido da provisão de condições de longo prazo para a reconstrução e desenvolvimento, tanto

por meio de empréstimos, quanto na provisão de garantias para investimentos diretos estrangeiros. (Casey, 2001, p. 27) Ainda assim, os empréstimos diretos deveriam cumprir apenas “papel secundário”, em situações eventuais nas quais fosse comprovada a incapacidade do capital privado para a execução da tarefa em questão, segundo o próprio Henry Morgenthau. Ainda nas palavras do então Secretário do Tesouro, a tarefa do Banco corresponderia a “encourage private capital to go abroad for productive investment by sharing the risks of private investors and by participating with private investors in large ventures”. (apud Casey, 2001, p. 27).

Para que se efetivassem os fluxos de capital para fora dos EUA, teriam de ser garantidas todas as condições necessárias. Trocando em miúdos, a fuga do fantasma da sobreacumulação do capital dependia da migração do capital sobreacumulado nos EUA para o exterior (sobretudo para Europa e Japão), mas para que isso acontecesse o capital teria de ser conduzido pela “mão visível do Estado”. Todas as condições necessárias deveriam ser forjadas e achavam-se contempladas nas “linhas” do projeto imperial estadunidense. É nesse contexto que deve ser analisado o controverso tema dos controles de capitais, enormemente alardeado como uma das chaves para a condução das condições contemporâneas de volta ao suposto eldorado dos anos ditos “gloriosos”.

Ainda que o plano inicial para o Fundo Monetário Internacional (FMI) permitisse a manutenção de controles de capitais – embora ressaltasse como objetivo geral a redução de sua necessidade e uso –, seu autor, Harry Dexter White, reconhecia que esta proposta, em particular, não possuía a menor chance de passar pelo “test of political reality”. A proposta

was already much weakened in the revised July 1943 plan, and by the time of the US-UK Joint Statement of April 1944 setting the final framework for the Bretton Woods Agreement, it was effectively a dead letter. Capital controls were not prohibited, but absent the crucial cooperation of the American state, they could not really be effective in the long run. (Panitch; Gindin, 2013, p. 76)

De fato, os controles de capitais existiram e foram eficazes na promoção das condições para que a conversibilidade cambial fosse atingida na Europa. Nesse sentido, os controles de capitais funcionaram como planejado, isto é, cumpriram papel ativo na construção da ordem econômica do pós guerra sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, “estrangulando a demanda por artigos importados quando a restrição externa começava a se fazer sentir. Mas, a partir de 1959, com a restauração da conversibilidade das contas

correntes, esse instrumento já não estava mais disponível”. (Einchengreen, 2000, p.134) É verdade que houve certa desconfiança entre os banqueiros de Nova Iorque com relação ao FMI. O antagonismo chegou a tal ponto que o Tesouro teve de mover uma campanha pública pela aprovação do acordo de *Bretton Woods* no Congresso.

A esse respeito, parece salutar adotar certa cautela na avaliação das diatribes proferidas pelos representantes de *Wall Street* nesse contexto. A retórica segundo a qual o FMI constituiria meio para a implementação de controles de capitais é de todo injusta. É importante notar, aliás, que tais argumentos mistificam o lugar das exportações de capital como pedra angular do projeto imperial estadunidense. Na prática, o texto do Fundo previa restrições desse tipo em casos limítrofes e minoritários. Conforme Panitch e Gindin, “even the New York Bankers were pragmatic enough to see that most countries – with the key exception of the US – would continue to require capital controls after the war. But they never relinquished their view that such controls should be only temporary”. (Panitch; Gindin, 2013, p. 76)

Na prática, foi exatamente dessa maneira que o Fundo atuou. Contudo, *Wall Street* tinha razões para desconfiar do ímpeto keynesiano dos servidores públicos alocados no Tesouro, a começar por Harry Dexter White. Temiam, sobretudo, que a busca pelo pleno emprego, ao invés da estabilidade de preços, se transformasse na diretriz mestra da política do FMI para os países associados. O poder dos banqueiros era tanto que a passagem pelo Congresso do *Bretton Woods Agreement Act* só foi assegurada com um acordo de última hora

with the representatives of the American Bankers Association and Leading Wall Street Banks whereby the Treasury agreed to various amendments in a compromise Bill which set up mechanisms such as the National Advisory Council, to ensure that US representatives to the Fund would act in such a way as to impose greater conditionalities on governments that were given access to its resources. (Panitch; Gindin, 2013, p. 79)

O *National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems* (NAC) foi dotado da capacidade de determinar o voto dos EUA no FMI. Na medida em que o peso do país no Fundo implicava poder efetivo de veto nas suas resoluções e que o posto de Secretário do Tesouro (portanto a presidência do NAC) já era ocupado pelo

altamente confiável Fred Vinson¹², o Conselho foi um dos meios através dos quais os banqueiros de *Wall Street* asseguraram as condições institucionais desejadas para a expansão dos seus negócios em escala mundial. Sumariamente, nos distanciamos aqui da opinião de autores como Eric Helleiner, para o quais as provisões do acordo de *Bretton Woods* acerca do controle de capitais seriam indicativas da perda de poder de influência dos banqueiros na política de Estado. (Helleiner, 1994, pp. 49-50)

Já adiantamos na seção anterior a avaliação segundo a qual é anacrônico tomar as condições presentes para acumulação de capital nas finanças (isto é, o capitalismo contemporâneo) como base para se avaliar a dinâmica financeira dos tais “anos gloriosos”. A argumentação resultante costuma referir-se a essas atividades com adjetivos como “reprimidas” e sacar daí conclusões políticas que indicam uma suposta derrota política daquela que seria a “fração financeira do capital”. Esse quadro se completa com noção de que a chave para se compreender a formação do capitalismo contemporâneo residiria na vingança política dos “financistas” contra os “industriais”, ou seja, os “humilhados” do pós guerra teriam transitado para o posto de “exaltados” a partir dos anos 1970¹³.

Estamos nos esforçando por demonstrar, a partir da reconstituição de alguns aspectos da formação de uma quadra específica da história do modo de produção capitalista, que fenômenos desse tipo são melhor compreendidos sob a luz da forma como as condições para a acumulação de capital, como um todo, se articulam em cada uma dessas fases que dizem respeito, por assim dizer, à *historicidade no capitalismo*¹⁴. Em cada uma dessas fases se articulam de modo particular as diversas espécies de capital. Todas essas fases compartilham condições gerais que dizem respeito à necessária (indissolúvel) interação entre as diferentes formas de existência do capital no modo de produção capitalista. Com Marx: “A dificuldade consiste simplesmente na compreensão geral dessas contradições. Tão logo são especificadas, são explicadas”. (Marx, 2011, p. 63)

¹² Que já havia servido na *Reconstruction Financial Corporation* durante a Grande Depressão, no *Office of Economic Stabilization* durante a Segunda Guerra, no *Federal Loan Administration* e no *Office of War Mobilization and Reconversion* pouco antes da sua nomeação para o Tesouro.

¹³ Além das referências já citadas, veja-se, por exemplo Gowan (1999) e Duménil e Lévy (2014).

¹⁴ Para tomar de empréstimo uma expressão do Prof. Marcelo Dias Carcanholo, sem implica-lo, evidentemente, nos eventuais erros da análise que estamos desenvolvendo neste artigo.

Sucesso e esgotamento: notas conclusivas

Dando prosseguimento a essa discussão, o rápido crescimento da indústria nos EUA não poderia ter ocorrido sem concomitante estímulo a atividades financeiras de vários tipos. O impulso ao consumo representou expansão de empréstimos realizados por bancos comerciais em volume tal que mais que compensou as baixas taxas de juros¹⁵. As seguradoras se beneficiaram da expansão dos mercados de seguros-saúde e planos de previdência negociados através dos sindicatos. Os bancos de investimento, como já notado, expandiram seus negócios tanto extensiva como intensivamente, a despeito da lei *Glass Steagall*. Segundo Golding: “As independent entities, they were able to create and mould the business free from the restraints of the traditional, slow-moving, commercial banking culture. (...) With such a head start, it is hardly a surprise that they remain so dominant”. (Golding, 2003, p. 26)

A influência de *Wall Street* sobre o Tesouro ao longo da administração Truman rendeu frutos a longo prazo. Em 1951 foi celebrado um acordo entre o *Federal Reserve* e o Tesouro, pelo qual as negociações de títulos da dívida pública passaram a ser organizadas pelos bancos de *Wall Street*. Até então, o *Fed* de Nova Iorque operava como agente do Tesouro, ditando os preços pelos quais eram vendidos os títulos públicos.

But now the fed took up the position long advocated by University of Chicago economists and set to work successfully organizing Wall Street's bond dealers into a 'self-governing association that would set minimum capital standards and assure low trading spreads,' to the end of supporting 'a free market in government securities' with 'sufficient depth and breadth' so that dealers could take speculative positions, and thus allow market forces to determine bond prices. (Panitch; Gindin, 2013, p. 86)

A partir daí constitui-se um mecanismo através do qual o controle de preços se consolida como ingrediente fundamental da política monetária. Os preços dos títulos passam a servir como meio para a comunicação das preocupações do “mercado” acerca da aceleração da inflação, expressa na forma de queda na demanda pelos papéis do governo. Assim, o setor bancário prevenia-se contra a possibilidade de que

¹⁵ Não sem razão, portanto: ““Over the decade of the 1950s the average growth in profits was 40 percent higher in banking than in manufacturing (8,8 percent versus 6,2 percent)”. (Panitch; Gindin, 2013, p. 85-86)

administrações vindouras implementassem políticas monetárias inflacionárias em nome de compromissos “keynesianos” com o pleno emprego.

A resolução do problema da falta de divisas na Europa, condição essencial para a vitória do multilateralismo e a efetivação da migração “espontânea” do capital estadunidense além-mar, teve de ser assumida pela política de Estado. Não foram poucos os desafios encontrados pela frente, contudo. Era preciso vencer certa resistência no Congresso em liberar fundos, lidar com a necessidade de assegurar soluções de compromisso com as classes trabalhadoras de países europeus e com a falta de competitividade das firmas europeias vis-à-vis suas contrapartes estadunidenses, assegurar a adesão da Grã Bretanha ao projeto e a retomada de Londres como centro financeiro internacional (a cumprir papel fundamental na reconstrução do capitalismo europeu segundo os moldes do novo império e como plataforma para atuação dos bancos de Nova Iorque, através de suas subsidiárias, livres das regulações internas, sobretudo com o avançar dos anos) etc.

Foge ao escopo deste texto promover uma discussão detalhada sobre essas barreiras e como elas foram sendo vencidas. O empréstimo de fins de 1945 foi um primeiro e importante passo para assegurar a adesão britânica ao projeto. As resistências internas ao Plano Marshall foram vencidas com ajuda da retórica de Guerra Fria consubstanciada na Doutrina Truman. O afluxo de recursos dos EUA foi ainda favorecido pela emergência da Guerra da Coréia, que reduziu o risco de que o Congresso criasse barreiras adicionais ao Plano, facilitando ainda a aprovação de ajuda militar substancial aos países da OTAN, que se manteve em altos níveis ao longo dos anos 1950, contribuindo para a resolução do problema europeu de liquidez e a construção de infraestrutura interna, ao mesmo tempo em que impulsionava a economia estadunidense e garantia a cooperação dos países receptores dada a crescente dependência de equipamentos militares *made in America*.

O uso seletivo de controles de capitais e de barreiras ao comércio exterior pelos países europeus (como meio e se garantir a liberalização a longo prazo, para deixar claro uma vez mais), assim como a exportação do modelo organizacional da *corporation* estadunidense, a construção de mecanismos de apoio ao comércio continental como a *European Payments Union* e o avanço na formação de um Mercado Comum contribuíram para a reconstrução da indústria europeia sob os novos requisitos de competitividade no mercado mundial. Ao mesmo tempo, estes desenvolvimentos afastaram a possibilidade

de que esses países se vissem obrigados a fechar suas economias diante de eventuais restrições externas ao longo do período.

Certamente o quadro que acabamos de expor está bastante incompleto. O que importa para os nossos objetivos, no entanto, é notar que o projeto imperial deu certo. Tão logo foi estabelecida a conversibilidade, o capital dos EUA (na indústria, no comércio e nas finanças) começa a migrar aos borbotões na direção dos países europeus, superando finalmente o fantasma da sobreacumulação de capital na forma espectral com que assombrava o capitalismo mundial desde os 1930. Em suma, as barreiras descritas acima foram vencidas, mas como diria Marx: “A produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são imanes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável” (Marx, 2017, p. 289).

O sucesso foi tão grande que rapidamente a produção dos principais países da Europa ocidental (para não falar do Japão) passa a rivalizar com a estadunidense, o que implica quedas nos resultados comerciais do país pressionando o dólar e, portanto, o arranjo monetário de *Bretton Woods*. Ademais, esse aumento na competitividade leva à redução paulatina nas oportunidades para aplicação do capital, ou seja, à redução da lucratividade média¹⁶.

A esfera financeira estadunidense, que se reconstitui do enorme baque representado pela crise dos 1930 tendo por base o aparato regulatório do *New Deal* e arranjos políticos que ao longo das décadas seguintes foram assegurando as condições para a expansão dos seus negócios sob as determinações de então, também internacionaliza a sua atuação, tanto como condição para a expansão das indústrias multinacionais, como por consequência desse mesmo processo. A integração crescente entre *Wall Street* e a *City* londrina tem na emergência do mercado de *eurodólares* seu epítome¹⁷.

A partir daí tanto os bancos e Nova Iorque passam a dispor de meios através do quais podem evadir as exigências regulatórias internas. Ao mesmo tempo, as multinacionais encontram um campo para aplicação dos excedentes de capital que vão

¹⁶ É o que defende, entre outros, Brenner (2013).

¹⁷ Para uma boa explicação sobre o surgimento e funcionamento dos euromercados, ver Norfield (2016, p. 40-44)

crescendo em volume conforme as possibilidades de aplicação na indústria vão escasseando. Esse inchaço financeiro que decorre do próprio funcionamento da fase do capitalismo que emerge com o pós guerra (isto é, do sucesso desse arranjo geral) vai se chocando com o aparato regulatório de então, ao mesmo tempo em que erode as condições para a manutenção do regime monetário. Enfim: o “*verdadeiro obstáculo* à produção capitalista é o *próprio capital*”. (Ibid., p. 289, grifos do autor)¹⁸

Em suma, as contradições que começam a se evidenciar na virada pra a década de 1970 são imanentes à forma tomada pelo processo de expansão capitalista no pós guerra. A forma como a sobreacumulação de capital se apresentou na nova crise, decorre da forma como a acumulação de capital se desenvolveu até então. Daí em diante, têm lugar uma série de acontecimentos que não decorrem diretamente dessas contradições, mas das respostas que foram sendo formuladas a partir de tais condições “não escolhidas”. Isso significa que o que veio a seguir tanto estava contido “em germe” (ou seja, como possibilidade) no desenvolvimento (necessariamente autocontraditório) da fase anterior, quanto decorre do seu esgotamento.

O capitalismo contemporâneo corresponde, portanto, a um anovo arranjo que se apresenta como resposta aos impasses que decorrem do desenvolvimento do arranjo anterior. De maneira muito sumária, o abandono do padrão dólar-ouro, em 1971 se encadeia com uma série de fenômenos históricos tão dramáticos quanto primeiro choque do petróleo, que aprofunda a crise e consolida a fuga para as finanças, lançando uma nova e volumosa onda de capital sobreacumulado na grande roda financeira, na forma de *petrodólares*. Esse processo tanto recompõe o controle estadunidense sobre a oferta do dinheiro mundial, quanto constitui vantagens competitivas ao capital aí baseado, assim como encarna disputas geopolíticas e impõe uma dinâmica nova para a afirmação dos interesses dominantes da burguesia de ordem tal que o chamado “golpe dos juros”, a partir de 1979, aparece como seu resultado necessário.

A elevação dos juros pela administração Volcker no *Federal Reserve Bank (Fed)* aplaca as dúvidas sobre a capacidade do dólar seguir cumprindo as funções de dinheiro

¹⁸ Na literatura contra a qual é endereçada nossa crítica, a crise dos 1970 é analisada como decorrência de supostas falhas no arcabouço regulatório geral constituído a partir de *Bretton Woods*, isto é, como falhas na administração política do processo de acumulação de capital. Como se, portanto, fosse possível encontrar uma forma “ótima” de administração da economia capitalista, no sentido de se evitar contradições e antagonismos. Veja-se, por exemplo, Eichengreen (2000, pp. 131-182).

mundial¹⁹, atraindo enorme fluxo de capital para os EUA. A campanha bem sucedida pela liberalização dos fluxos de capitais em escala internacional veio em seguida, como movimento necessário que selava o compromisso com o dólar forte, indicando claramente a abertura de um processo de transformação na forma de funcionamento do Estado em linha com as novas condições gerais para a acumulação de capital e para a afirmação e exercício da hegemonia estadunidense.

Essa nova formatação do Estado se espalha pelo mundo, ainda que em ritmos e escalas distintas. Consuma-se em um movimento que, por um lado, abre enorme espaço para escoamento do capital sobreacumulado, favorecendo sua expansão fictícia através de um processo amplo de transformação na forma da regulação das atividades financeiras²⁰, aliadas a transformações legislativas que protegem os credores e impõem uma forma de administração da política econômica

voltada para o controle dos gastos não-financeiros do governo e de variáveis macroeconômicas chaves para a atividade especulativa, como a taxa de inflação.

Por outro lado, isso implica o descompromisso do Estado com gastos sociais, provisão de serviços públicos e investimentos em infraestrutura, o que abre enorme caminho para expansão do capital industrial, apoiado, ademais, por um conjunto de reformas contra os trabalhadores tendo em vista a recomposição da lucratividade através da elevação do grau de exploração.

Em suma, a saída dessa crise não encontrou condições sistêmicas para a expansão da atividade industrial em escala similar àquela que foi possível na anterior fase ascendente do ciclo econômico, com a reconstrução de pós-guerra e a disseminação de atividades com poderosos e virtuosos efeitos de encadeamento²¹. Muito pelo contrário, a

¹⁹ Entre 1975 e 1979 o dólar perdera mais de um quarto de seu valor frente ao iene e ao marco. (Gowan, 1999, p. 74)

²⁰ A nosso ver, a forma como a teoria econômica heterodoxa normalmente ataca este fenômeno, considerando-o sob a rubrica da “desregulamentação financeira”, mistifica a dependência das atividades financeiras como um todo com relação ao Estado, como socorrista de última instância em momentos de crise (o que exigiu o aprimoramento da capacidade de regulação, não o contrário) e na injeção diária de recursos no sistema financeiro (basta que se observe a fatia do orçamento público dirigida ao pagamento de juros da dívida pública e a forma como isso pressiona os gastos primários). Temos, portanto, um Estado que é tão grande e tão intervencionista como parte da heterodoxia jamais poderia imaginar. Um Estado que intervém tanto quanto possível, contudo, em linha com as condições contemporâneas para acumulação de capital, como não poderia deixar de ser.

²¹ Pense-se, por exemplo, nos encadeamentos produtivos associados à expansão transnacional da indústria automobilística, com a necessidade da construção de rodovias, de redes de postos de gasolina e de autopeças; ou ainda, no avanço da urbanização, com a implementação de redes de energia elétrica e o

chamada Terceira Revolução Industrial consubstancia-se em economias brutais de força de trabalho, deprimindo em termos relativos, portanto, as possibilidades da produção e realização do mais-valor.

A acumulação de capital, inclusive na indústria, torna-se crescentemente dependente da dinâmica dos mercados financeiros. Na prática, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, observa-se uma economia mundial que depende cada vez mais da formação de bolhas financeiras, ativamente induzidas pelos Bancos Centrais, para alimentar expansões cada vez mais frágeis da produção, vis-à-vis o endividamento crescente do Estado, empresas e famílias.

Foge ao escopo desse artigo a demonstração da forma como o caráter autocontraditório do capital se apresenta nesta nova fase. O que importa notar, a título de conclusão, é que as condições daquele capitalismo que, aos olhos do presente, tende a parecer mais brilhoso do que de fato foi, simplesmente não existem mais.

Bibliografia

- ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2015.
- BLOCK, F. *The Origins of International Economic Disorder: A Study of United States International Monetary Policy from World War II to the Present*. University of California Press, Los Angeles, 1977.
- BRENNER, R. *La economía de la turbulência global*. Ediciones Era, Cidade do México, 2013.
- BROWN, M. K. "State Capacity and Political Choice: Interpreting the Failure of the Third New Deal". *Studies in American Political Development*, 9, pp. 187-212, 1995
- CASEY, K. M. *Saving International Capitalism During the Early Truman Presidency: The National Advisory Council on International Monetary and Financial Problems*. Routledge, Londres, 2001.
- CHERNOW, R. *The House of Morgan: An American Banking Dynasty and the Rise of Modern Finance*. Grove Press, Nova Iorque, 1990.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2016.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. Boitempo, São Paulo, 2014.

- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. Editora 34, São Paulo, 2000.
- FERGUSON, T. “From Normalcy to New Deal”. *International Organization* 3:1, 1984.
- GOLDING, T. *The City: inside the great expectations machine*. Prentice Hall, Londres, 2003.
- GOWAN, P. *A roleta global*. Record, São Paulo, 2003.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Editora Vozes, Petrópolis, 2014.
- HIGGS, R. *Depression, War and Cold War: studies in Political Economy*. Oxford University Press, Oxford, 2006.
- LIPSET, S. M. “Roosevelt and the Protests of the 1930s”. *Minnesota Law Review* 2317, 1984.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.
- MARX, K. *Grundrisse*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*, L. III. Boitempo Editorial, São Paulo, 2017.
- MORAN, M. *The Politics of the Financial Services Revolution: The USA, UK and Japan*. Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 1991.
- NORFIELD, T. *The City: London and the Global Power of Finance*. Verso, Londres, 2016.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. *The Making Of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Verso, Londres, 2013.
- SAFATLE, V. *Como a esquerda brasileira morreu*. El País, 10/02/2020. [Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596214-como-a-esquerda-brasileira-morreu-artigo-de-vladimir-safatle>]